



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – DCASP MUNICÍPIO DE MODELO – MG PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL EXERCÍCIO DE 2020

NOTA 1. Contexto Operacional

A estrutura consolidada do Município de Delfinópolis - MG é composta pelas entidades da administração direta e indireta e Câmara Municipal. O órgão Prefeitura, juntamente com os fundos a ela vinculados e a Câmara Municipal fazem parte da Administração Direta do Município de Delfinópolis-MG.

A Prefeitura é o órgão central responsável pela governabilidade e administração dos interesses públicos do Município. Os fundos municipais que compõe a estrutura da administração direta são: o Fundo Municipal de Saúde de Delfinópolis; Coordenadoria Municipal de Defesa Civil; Fundo Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação; Fundo Municipal do Menor.

NOTA 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

O Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa compreendem as Demonstrações Contábeis Consolidadas das Entidades do município de Delfinópolis - MG, do exercício de 2020, foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Portaria STN Nº 700, DE 10 de Dezembro DE 2014 e Portaria Conjunta STN/SOF Nº 1, DE 10 de Dezembro DE 2014, os Princípios de Contabilidade, as Instruções de Procedimentos Contábeis, Instrução Normativa n.º 04/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e demais disposições normativas vigentes.



NOTA 3. Balanço Patrimonial

Elaborado de acordo com a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 e no Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64, e em Atendimento V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

No que tange à sua classificação, os ativos e passivos são segregados e classificados em Circulante e Não Circulante no sentido de permitir análises conclusivas da situação patrimonial da entidade.

3.1. Ativo Circulante

3.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa:

Essa conta compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

	2020
Caixa	0,00
Banco - C/ Movimento	1.071.943,26
Banco – C/Vinculada	2.890.760,41
TOTAL	3.962.703,67



3.1.2. Créditos a Curto Prazo:

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações. O saldo dos Créditos a Curto Prazo foi de R\$ 4.810.429,54.

3.1.3. Demais Créditos a Curto Prazo:

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo. O saldo dos Demais Créditos a Curto Prazo foi de R\$ 339.616,48.

3.1.4. Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O saldo dos Estoques foi de R\$ 142.180,14.

3.2. Ativo Não Circulante

3.2.1 Ativo Realizável – Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. A conta Créditos a Longo Prazo é representada em grande parte pela Dívida Ativa do Município, constituída por impostos vencidos e não pagos no exercício, compreendendo Principal, Juros, Multa e Correção Monetária.

O saldo da Dívida Ativa Tributária foi de R\$ 2.664.338,57, para efeitos de cálculo da provisão para Ajustes de perdas de Dívida Ativa Tributária tomou-se como base os valores incobráveis constantes no sistema tributário e média histórica dos recebimentos.

O saldo da Dívida Ativa Não Tributária foi de R\$ 180.251,51.



3.2.2. Investimentos:

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

3.2.3. Imobilizado:

São os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O saldo do Imobilizado para bens móveis foi de R\$ 12.248.353,96 e para bens imóveis foi de R\$ 7.214.234,88.

O município de Delfinópolis-MG, em observância ao disposto no art. 13, da Portaria STN nº634/2013, que trata dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP vem estudando os procedimentos previstos no MCASP para mensuração e reconhecimento dos bens imóveis, notadamente os bens de uso comum do povo, visando à adoção destes procedimentos.

No que tange aos Bens Móveis, o levantamento foi realizado e seu respectivo lançamento no sistema eletrônico formalizado, estando devidamente organizado e atualizado diariamente, ou seja, já se trabalha com rotinas de inventário periódico e acompanhamento via sistema eletrônico integrado, aplicando as devidas depreciações.

3.3. Passivo Circulante:

3.3.1. Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais, o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios



assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo

O saldo do Passivo Circulante com Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a Curto Prazo foi de R\$ 40.618,47.

3.3.2. Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo

Consiste nas obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

O saldo do Passivo Circulante com Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo foi de R\$ 630.356,24.

3.3.3. Provisões a Curto Prazo

São os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo, porém, não existe saldo no Passivo Circulante com Provisões a Curto Prazo.

3.3.4. Demais Obrigações a Curto Prazo

Englobam as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. O saldo do Passivo Circulante com Demais Obrigações a Curto Prazo foi de R\$ - 891.145,60.



3.4. Passivo Não Circulante:

3.4.1. Empréstimos, Financiamentos e Demais obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo. O saldo do Passivo Não Circulante com Empréstimos, Financiamentos e Demais obrigações a Longo Prazo foi de R\$ 1.009.716,96.

3.5. Resultados Acumulados

3.5.1. Resultados Acumulados

Consiste no saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. O saldo do Resultado do Exercício foi um superávit de R\$ 12.505.217,23.

NOTA 4. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas constam,



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS
Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Centro – Delfinópolis (MG)
CNPJ 17.894.064/0001-86 – Telefone (35) 3525-1277 – CEP 37.910-000

- CONTROLE INTERNO MUNICIPAL -

destacadamente, nas receitas de operações de crédito internas e externas e, nesse mesmo nível de agregação, nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento.

O Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Delfinópolis-MG é desdobrado em:

- Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e;
- Execução Orçamentária das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

4.1. Do Orçamento do Município:

Em síntese, o Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Delfinópolis-MG encontra-se distribuído da seguinte forma:

Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a-b)
Receitas Correntes	43.684.280,00	41.254.218,09	2.430.061,91
Receitas de Capital	1.268.920,00	1.835.866,19	-566.946,19
Total das Receitas	44.953.200,00	43.090.084,28	1.863.115,72
DEFICIT PREVISÃO	-	-	1.863.115,72

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada(f)	Saldo (i) = (e-f)
Despesas Correntes	37.000.495,18	33.218.287,14	3.782.208,04
Despesas de Capital	8.051.580,90	5.122.644,03	2.928.936,87
Reserva de Contingência	1.000,00	0,00	1.000,00
Total das Despesas	45.053.076,08	38.340.931,17	6.712.144,91
SUPERÁVIT DE EXECUÇÃO	-	-	6.712.144,91



4.4. Resultado Orçamentário:

No exercício de 2020, apurou-se um Superávit de Previsão Orçamentária das despesas no valor de R\$6.712.144,91, observando uma redução na deficiência apontada no relatório anterior (ano base 2019), onde o planejamento orçamentário foi revisado, porém, ainda precisa de ajustes.

No exercício de apurou-se um Déficit de Execução Orçamentária das receitas no valor de R\$ 1.863.115,72, o que evidencia uma gestão eficiente dos recursos recebidos, com a otimização do orçamento municipal.

NOTA 5. Balanço Financeiro

Elaborado de acordo com a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro Consolidado contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

INGRESSOS

Receita Orçamentária	39.608.553,68
Transferências Financeiras Recebidas	1.755.082,37
Recebimentos Extra-orçamentários	2.415.454,55
Restos a Pagar Inscritos no Período	1.411.814,65
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	3.328.530,65
Total dos Ingressos	48.519.435,90



DISPÊNDIOS

Despesa Orçamentária	38.340.931,17
Transferências Financeiras Concedidas	1.400.000,00
Pagamentos Extra-orçamentários	2.826.650,49
Restos a Pagar Pagos no Período	1.989.134,38
Saldo do Exercício Seguinte	3.962.719,86
Total dos Dispêndios	48.519.435,90

As receitas e despesas são divididas entre ordinários e vinculados. Dentre os Vinculados, os que apresentam entrada e aplicação mais significativos são aqueles destinados à Educação e Saúde.

5.2. Restos a Pagar

Conforme definição legal, os restos a pagar são divididos em Processados e Não Processados.

5.3. Depósitos

Referem-se a valores de terceiros, sendo em grande parte, composto pelas consignações efetuadas na folha de pagamento do servidor ou fornecedor, compreendendo retenção de impostos, planos de seguridade, pensão alimentícia judicial, previdência social, entre outros.

5.4. Saldo em Espécie

Essa conta compreende o somatório dos valores em caixa, no qual o município não dispõe de nenhum valor no presente exercício.



5.5. Resultado Financeiro

No exercício de 2020, apurou-se um Superávit Financeiro no valor de R\$ 4.521.775,27, o que evidencia uma gestão eficiente dos recursos recebidos e austeridade na contração de novas despesas.

NOTA 6. Demonstração das Variações Patrimoniais

Elaborado de acordo com a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), A Demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais- DVP utiliza-se das contas contábeis do modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), isto é, variações patrimoniais diminutivas e variações patrimoniais aumentativas.

Quadro Demonstrativo

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	52.031.979,89
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	5.277.153,96
Contribuições	546.443,38
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	2.856.204,82
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.553.556,04
Transferências e Delegações Recebidas	35.652.492,52
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação	2.161.703,96
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.984.425,21



- CONTROLE INTERNO MUNICIPAL -

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	52.031.979,89
Pessoal e Encargos	15.922.367,66
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	813.777,78
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	13.705.500,67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.552.540,21
Desvalorização e Perda de Ativos	124.294,81
Tributárias	314.648,36
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.093.633,17
RESULTADOPATRIMONIAL DO PERÍODO (SUPERÁVIT)	12.505.217,23

5.5 Resultado Patrimonial

No exercício de 2020, apurou-se um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 12.505.217,23, o que evidencia um aumento no patrimônio Líquido da Prefeitura de Delfinópolis - MG.

NOTA 7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC Consolidado do Município de Delfinópolis-MG foi elaborada pelo método direto, de acordo com a 6ª edição do MCASP e a Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 08 da Secretaria do Tesouro Nacional.

A DFC evidencia os valores dos fluxos de caixa das atividades das operações, das atividades de investimentos e das atividades de financiamento, apresentando o saldo da geração líquida de caixa e equivalente de caixa, além dos saldos das disponibilidades financeiras iniciais e finais.

O saldo de geração líquida de caixa e equivalente de caixa, em 31/12/2020 foi de **R\$ 632.039,21**.



Quadro Resumo da Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	3.054.685,97
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-3.215.700,72
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	793.053,96
GER. LÍQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	632.039,21

Acerca da metodologia utilizada na elaboração da DFC, são apontadas as considerações:

- No subgrupo “Outros ingressos operacionais” estão somados os valores das Transferências Extra-orçamentárias Recebidas, descontos informados nas despesas do exercício, Restos a Pagar e Extra-orçamentárias, Receitas Extra orçamentárias, Transferências de Numerário concedidas a outros órgãos.

- No subgrupo “Outros desembolsos operacionais” estão somados os valores dos pagamentos de Despesas Extra-orçamentárias e Transferências de Numerário recebidas de outros órgãos.

NOTA 8. Limites Constitucionais de Gastos

Assim como no exercício anterior, em 2020 foram cumpridos os limites legais de gastos concernentes às aplicações em educação, saúde, pessoal, dívida pública e Poder Legislativo, em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 101/00 – LRF e outras legislações específicas, conforme valores e índices constantes do quadro a seguir:

GASTO	VALOR	ÍNDICE (%)	LIMITE LEGAL
Educação - (1)	R\$ 5.244.329,93	25,69%	25,0%
FUNDEB - (4)	R\$ 3.116.979,78	74,98%	60,0%
Saúde - (5)	R\$ 8.502.304,78	43,26%	15,0%
Pessoal Consolidado	R\$17.869.050,17	47,31%	60,0%
Pessoal Executivo / Autarquia / Fundação - (2)	R\$17.164.217,36	45,44%	54,0%
Repasse Legislativo - (3)	R\$ 1.400.000,00	6,86%	7,0%



Dados:

- (1) Valor aplicado em relação a receita total apurada, cujo montante em 31/12/2020 foi de R\$ 20.412.367,15;
- (2) Valor aplicado em relação à receita corrente líquida – RCL, cujo montante em 31/12/2020 foi de R\$ 37.772.687,49. O índice apresentado considera o gasto com inativos, portanto, obedece a metodologia determinada pela STN;
- (3) Valor aplicado em relação à receita de natureza tributária e transferências, apurada no exercício de 2019, cujo valor foi de R\$ 20.395.616,25, conforme disposto no art. 29A, Constituição Federal/1988.
- (4) Valor aplicado em relação à receita de Transferência do FUNDEB, Aplicações e saldo do exercício anterior, cujo montante em 31/12/2020 foi de R\$ 4.439.314,23 dos quais R\$ 282.020,00 foram provenientes de recursos recebidos em atraso, resultando num total de receitas de R\$ 4.157.294,23, conforme Consulta TCE 1047710;
- (5) Valor aplicado em relação a receita total apurada, cujo montante em 31/12/2020 foi de R\$ 19.653.743,18.

NOTA 9. Conclusão

A presente Nota Explicativa das Demonstrações Contábeis Consolidadas Aplicadas ao Setor Público – DCASP – foi elaborada com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando a situação patrimonial do Município de Delfinópolis - MG, a fim de tornar mais transparente os dados contidos nos Demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2020.

Delfinópolis-MG, 31 de Março de 2021.

Beatriz Serrat Ataíde de Faria
Contadora Geral do Município de Delfinópolis - MG
CRC-MG: 1SP234092

Cleidisson Xavier dos Santos
Assessor Contábil
CRC-MG 053764/O